

650 years of the Luso-British Alliance

The 1373 Treaty of London, which we are celebrating, is a pillar of an astonishing geopolitical manifestation of very wide reach. It is amazing. I purposely use this word: geopolitics. It is a word that did not exist at that time in the late Middle Ages – neither did its concept, its simple idea. And yet, that is what the Luso-British Alliance is all about: pure geopolitics.

The circumstances that immediately preceded this Treaty are not particularly brilliant from the perspective of our history: getting involved in the dispute for other crowns in the Iberian Peninsula was never wise for us; and could seem like an invitation for others to come and dispute our own crown. But the Treaty, in itself, is a good treaty: it consolidates and enshrines an experience of good relations that already existed for two centuries, since the very beginning of our independent kingdom in the middle of the twelfth century. It is a treaty of peace, friendship, and alliance against any enemies on either side, providing for mutual military aid when necessary.

The following treaty, the 1386 Treaty of Windsor, was preceded by particularly brilliant circumstances – indeed, tested on the battlefield in defence of our national independence – and followed by facts not only rather brilliant, but of unusual excellence: the marriage of our King João I to Filipa of Lancaster and the extraordinary children they fathered, a generation that would result, among other achievements, in the start of the Discoveries.

I return to the word I used at the beginning: geopolitics. It is enough to look at our map to immediately grasp the geopolitical intelligence of this alliance. It is only natural that a great kingdom located on the largest island of Europe, in the Northwest of the Continent, would seek privileged relations and an alliance with another kingdom located in the west extreme of the Continent, in the westernmost peninsula of Europe – and vice versa. The great island kingdom never aspired to be a mainland European empire and was sometimes the peninsular kingdom's rescue against threats, attacks and invasions from continental empires. And this peninsular kingdom was several times a safe harbour for the great island kingdom. Both kingdoms shared a wealth beyond land: the sea, the immense ocean sea, and the power of navigation.

Today, when we look back 650 years and see all that this alliance was and is – “the oldest diplomatic alliance still in force”, as we use to say – we cannot have the fantasy of imagining that King Fernando and Edward III or King João I and Richard II had the vision of anticipating and guessing everything that would be.

Obviously not. The treaties, especially the London one, were dictated above all by pragmatism. But I think I am right in thinking that they were also determined by instinct; and this instinct was a very good inspiration: a geopolitical instinct. This is best seen in the Treaty of Windsor, which adds to the dimension of defence the freedom of trade and transit of the English and Portuguese in the territory of the other party – a free movement clause that already had antecedents a few decades before and that precedes by several centuries the presence of both countries in the European Free Trade Agreement (EFTA), the European Economic Community (EEC), and the European Union (EU).

I therefore end with a brief note inspired by these 650 years of the Portuguese-British Alliance. I fully respect, without any kind of reservation, the sovereignty of the United Kingdom and the complete freedom of its decisions. But to tell you the truth, I was sorry watching Brexit and I miss the UK in the European Union. The EU is not the same without the British. I feel a bit lonely. I look forward immensely to the day when we will – once again together – share the construction and operation of the same European project. It is the natural order of geopolitics.

José Ribeiro e Castro

President of Sociedade Histórica da Independência de Portugal (Portugal Heritage Society)

650 anos da Aliança Luso-Britânica

O Tratado de Londres de 1373, que estamos a celebrar, é um pilar de uma espantosa manifestação geopolítica de grande alcance. É formidável. Uso propositadamente esta palavra: geopolítica. É uma palavra que não existia na altura, no final da Idade Média – nem o seu conceito, a sua simples ideia. E, no entanto, a Aliança Luso-Britânica é disso que se trata: pura geopolítica.

As circunstâncias que precederam imediatamente este Tratado não são particularmente brilhantes do ponto de vista da nossa história: envolvermo-nos na disputa de outras coroas na Península Ibérica nunca foi sensato para nós; e poderia parecer um convite para que outros viessem disputar a nossa própria coroa. Mas o Tratado, em si mesmo, é um bom tratado: consolida e consagra uma experiência de boas relações que já existia há dois séculos, desde o início do nosso reino independente, em meados do século XII. É um tratado de paz, de amizade e de aliança contra os inimigos de ambas as partes, prevendo a ajuda militar mútua quando necessário.

O tratado seguinte, o Tratado de Windsor de 1386, foi precedido de circunstâncias particularmente brilhantes – aliás, testadas no campo de batalha em defesa da nossa independência nacional – e seguido de factos não só bastante brilhantes, mas de invulgar excelência: o casamento do nosso Rei D. João I com D. Filipa de Lencastre e os extraordinários filhos que tiveram, geração que resultaria, entre outros feitos, no início dos Descobrimentos.

Volto à palavra que usei no início: geopolítica. Basta olhar para o nosso mapa para perceber imediatamente a inteligência geopolítica desta aliança. É apenas natural que um grande reino situado na maior ilha da Europa, no Noroeste do Continente, procurasse relações privilegiadas e uma aliança com outro reino situado no extremo ocidental do Continente, na península mais ocidental da Europa – e vice-versa. O grande reino insular nunca aspirou a ser um império europeu continental e foi, por vezes, a salvação do reino peninsular contra ameaças, ataques e invasões de impérios continentais. E este reino peninsular foi várias vezes um porto seguro para o grande reino insular. Os dois reinos partilhavam uma riqueza para além da terra: o mar, o imenso mar oceânico, e o poder da navegação.

Hoje, quando olhamos para 650 anos atrás e vemos tudo o que esta aliança foi e é – "a mais antiga aliança diplomática ainda em vigor", como costuma dizer-se – não podemos ter a fantasia de imaginar que D. Fernando e Eduardo III ou D. João I e Ricardo II tiveram a visão de antecipar e adivinhar tudo o que viria a ser.

É evidente que não. Os tratados, nomeadamente o de Londres, foram ditados sobretudo por pragmatismo. Mas penso que tenho razão em pensar que também foram determinados pelo instinto; e que este instinto foi uma inspiração muito boa: um instinto geopolítico. É o que melhor se vê no Tratado de Windsor, que acrescenta à dimensão da defesa a liberdade de comércio e de trânsito de ingleses e portugueses no território da outra parte – uma cláusula de livre circulação que já tinha antecedentes algumas décadas antes e que precede em vários séculos a presença de ambos os países no Acordo Europeu de Comércio Livre (EFTA), na Comunidade Económica Europeia (CEE) e na União Europeia (UE).

Termino, pois, com uma breve nota inspirada nestes 650 anos de Aliança Luso-Britânica. Respeito plenamente, sem qualquer tipo de reserva, a soberania do Reino Unido e a total liberdade das suas decisões. Mas, para dizer a verdade, tive pena de assistir ao Brexit e tenho saudades do Reino Unido na União Europeia. A UE não é a mesma sem os britânicos. Sinto-me um pouco só. Anseio imensamente pelo dia em que iremos - mais uma vez juntos - partilhar a construção e o funcionamento do mesmo projeto europeu. É a ordem natural da geopolítica.

José Ribeiro e Castro

Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal